



INSTITUTO DE
DIREITO PÚBLICO
AVANÇADO

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2023.

Aos cuidados da Câmara Municipal de Alfenas/MG;

Apresentamo-lhes nossos cursos sobre a Lei 14.133/2021 para o ano de 2023 na modalidade *in company* conforme lista abaixo, com tabela de preços. Agradecemos a oportunidade e prosperamos uma parceria de sucesso. Conforme solicitado, a proposta foi reavaliada levando em consideração dos cursos realizados de forma *on line*.

Cordialmente,
IDPA Cursos



Sobre nós

O **IDPA – Instituto de Direito Público Avançado** – surgiu da necessidade crescente de profissionalização daqueles que atuam perante a Administração Pública, com a finalidade de dar maior eficiência para a atuação administrativa e preparar os agentes públicos e particulares, para que, a partir do conhecimento profundo do Direito Público, possam atuar de forma segura e livre de responsabilização pessoal.



Sobre o curso

Nos servimos do presente para encaminhar-lhe proposta para realização de cursos, no formato presencial na sede do Legislativo do Município no formato *in company*, todos relacionados com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O Cursos adiante apresentados são ministrados na sede do contratante com professores qualificados – especialistas e mestres – que irão abordar os aspectos práticos e teóricos da Nova Lei com o nível de aprofundamento adequados à melhor compreensão na nova sistemática de contratações públicas.

O programa completo abrange todos os aspectos teóricos e práticos para a utilização e implantação da Lei 14.133/2021 no âmbito do órgão por meio de 16 (dezesesseis) encontros presenciais e alguns à distância com duração estimada de até 8 (oito) horas cada um.

No primeiro módulo do curso, que acontecerá por encontro presencial de até 03 (três) dias, serão abordados os aspectos gerais e também realizado um diagnóstico da estrutura do órgão contratante, tanto quanto aos recursos tecnológicos quanto de recursos humanos mínimos para a implementação da Lei.

Os encontros presenciais acontecerão na sede do contratante para número de até 20 (vinte) participantes, todavia, para melhor aproveitamento, sugere-se a divisão dos módulos de acordo com a função e cada agente nos processos de contratação.

O programa completo dos cursos disponíveis neste formato são os seguintes:

CURSO	CARGA HORÁRIA	VALOR
1. Aspectos Gerais da Lei 14.133/2021	8 horas	R\$ 3.000,00
2. Planejamento e Governança nas Contratações Públicas à luz da Lei 14.133/2021	8 horas	R\$ 3.000,00
3. Oficinas de regulamentação e documentos padronizados	16 horas	R\$ 6.000,00
4. Elaboração do edital de licitação	16 horas	R\$ 3.000,00
5. Contratação Direta: dispensa em razão do valor	8 horas	R\$ 3.000,00
6. Contratação Direta: Inexigibilidade de licitação	8 horas	R\$ 3.000,00
7. Procedimentos Auxiliares da Licitação	8 horas	R\$ 3.000,00
8. Contratos Administrativos: vigência, cláusulas obrigatórias e aspectos específicos	8 horas	R\$ 3.000,00
9. Fiscalização dos Contratos: Fiscal de Contratos, Controle Interno e órgão de assessoramento jurídico	8 horas	R\$ 3.000,00

Assim, o valor total da proposta de preços para o oferecimento do curso no formato in company para a implementação da Lei 14.133/2021 é de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, sendo 50% dos módulos realizados com aulas on line a o vivo por meio do zoom, 25% presencial na sede da empresa e 25% presencial na sede da contratante.

Do público alvo

O curso descrito no item 1 é destinado a todos os atores envolvidos no processo de contratação, desde ordenadores de despesas, técnicos, equipe de contratação e fiscais de contratos. Nele serão abordados os aspectos gerais da Nova Lei com ênfase na parte teórica a partir de uma visão ampla da nova sistemática de contratações.

No item 2 serão abordados aspectos relacionados à governança e planejamento das contratações e terá como público-alvo os ordenadores de despesas e assessores diretos, controle interno e técnicos responsáveis pelo acompanhamento da execução orçamentária de cada órgão.

No item 3 o público-alvo serão as pessoas de cada uma das unidades gestoras e também a equipe de contratação e que irão elaborar os instrumentos de planejamento das contratações como o Plano de Contratações Anual, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, Matriz de Riscos onde serão abordados os aspectos teóricos e oficinas práticas.

No item 4 será priorizada a equipe de contratação e agente de contratação, setor jurídico, controle interno e terá como objeto a elaboração conjunta dos regulamentos e documentos parametrizados.

Nos itens 5 e 6 serão abordados os aspectos teóricos e práticos das contratações diretas destinados à equipe de contratação, agente de contratação e responsáveis pela elaboração dos instrumentos de planejamento.

No item 7 serão abordados os aspectos gerais e práticos dos procedimentos auxiliares da licitação que serão mais utilizados pelos Municípios com ênfase no credenciamento, pré-qualificação, registro cadastral e Sistema de Registro de Preços e terá como público-alvo a equipe de contratação.

O item 8 destina-se à equipe de contratação, controle interno e órgão de assessoramento jurídico e visa o estudo aprofundado dos contratos administrativos, vigência, prorrogações, alterações, extinção, prerrogativas da administração, convalidação e cláusulas obrigatórias.

O item 9 tem como público-alvo os membros do controle interno,

assessoramento jurídico e responsáveis pelo planejamento das contratações e visa apresentar a forma de fiscalização dos contratos desde a matriz de riscos, designação do fiscal de contratos e o papel das chamadas “linhas de defesa”.

Da equipe pedagógica

Ms. Adelson Barbosa Damasceno, advogado e consultor jurídico em Direito Público Municipal com mais de 10 (dez) anos de experiência na área de licitações e contratos. Mestre em Direito Público pela Universidade FUMEC–BH, especialista em Direito Público pela PUC–MINAS BH e em Direito Eleitoral pela Universidade Gama Filho – RJ. Foi Procurador Municipal e Legislativo e também Assessor na área de Processo Legislativo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. É consultor na área de Direito Público e professor de Direito Administrativo e Constitucional.

Ms. Eric Botelho Mafra é Servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito Público pela FUMEC –MG. Pós –Graduado em Direito Público pela PUC Minas. Pós –Graduado em Gestão Pública e Controle Externo pela PUC Minas. Assessor do Procurador do MPC –MG Glaydson Massaria (2009 –2013). Diretor –Geral do Ministério Público de Contas (2013 –2018). Assessor do Cons. Subst. Adonias Monteiro (2019 – 2021). Assessoria do Procurador –Geral do Ministério Público de Contas (2022 –). Professor de Direito Administrativo.

DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA:

André Ribeiro Silva. Especialista em Direito Público e em Compliance pela PUC Minas.

Amanda Luiza Costa. Especialista em Direito Administrativo Aplicado pela PUC Minas.

Daniel Silva Rodrigues. Especialista em Direito Administrativo Aplicado pela PUC Minas.

Márcia Cristina Silva Borges. Pregoeira e Presidente de Comissão de licitação com experiência em licitações eletrônicas.

Michele Hazar. Mestra em Direito Público pela FUMEC e especialista em Direito Público pela PUC Minas.



Detalhes sobre o pagamento

Os valores acima serão pagos mediante apresentação da competente Nota Fiscal e poderão ser pagos em até 04 (quatro) parcelas mensais a contar do mês subsequente ao do início dos treinamentos.

O conteúdo do programa será ministrado em até 120 (cento e vinte) dias devendo os encontros presenciais serem agendados com antecedência mínima de 15 dias.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

IDPA - Instituto de Direito Público Avançado

CNPJ: 33.189.097/0001-81